

**PORTUGUÊS BRASILEIRO OITOCENTISTA:
USOS LINGUÍSTICOS
EM CARTAS DE “ILUSTRES” E COMUNS**

Cláudia Bahia (UNEB)

claudiabahia@hotmail.com

Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)

pdsouza@uneb.br

RESUMO

A concordância verbal em português tem sido objeto de investigação de diversos trabalhos de orientação variacionista, que evidenciam a influência não só de fatores linguísticos, mas também implicações históricas, sociais e culturais nos usos de falantes de diversos níveis sociais, de escolarização e de idade. A variável em questão também tem sido considerada uma variável tanto social quanto estilística, a partir da verificação de um padrão regular de emprego no desempenho linguístico dos falantes, fruto das restrições determinadas quer pela classe social quer pelo grau de formalidade da situação interlocutiva. Considerando essas questões, a partir de *corpus* constituído por 74 cartas escritas por “ilustres” e comuns no Brasil do século XIX, o presente trabalho reflete sobre a influência de fatores linguísticos e extralinguísticos no uso da variável dependente presença/ausência de marcas explícitas de plural no núcleo do sintagma verbal das sentenças. Fundamentando-se nos princípios teóricos da “teoria da variação e mudança linguísticas”, os dados são analisados quanto ao número de ocorrências e da influência dos fatores sintáticos, morfo-fônicos, semânticos e sociais na variação. Pretende-se, com essa pesquisa, ainda em andamento, contribuir para uma melhor compreensão dos usos linguísticos quanto à concordância verbal no português brasileiro, sob uma perspectiva histórica.

Palavras-chave: Concordância verbal. Variação. Português brasileiro. Sócio-história

1. Introdução

A concordância verbal no português brasileiro tem sido objeto de investigação de diversos pesquisadores, que tanto focalizam questões linguísticas como extralinguísticas ou sociais, enquanto elementos que podem atuar na aplicação das regras de concordância. Buscando contribuir para uma compreensão sobre a variação da concordância verbal no português brasileiro sob uma perspectiva histórica, o presente trabalho reflete sobre esse aspecto da sintaxe do português brasileiro oitocentista, focalizando os usos linguísticos em cartas de “ilustres” e comuns no Brasil do século XIX, com vistas a discutir a influência de fatores linguísticos e extralinguísticos no uso da variável dependente presença/ausência de marcas explícitas de plural no núcleo do sintagma verbal das sentenças.

A variação da concordância verbal no português brasileiro é reconhecida pela gramática normativa como um “desvio” às regras da norma padrão, ou seja, sob uma perspectiva normativo-prescritiva, a concordância entre sujeito e verbo constitui uma regra obrigatória ou categórica, mesmo sendo apontados alguns casos considerados facultativos. Cunha e Cintra (2008) pontuam que a concordância entre verbo e sujeito admite uma variabilidade do verbo, ou seja, o verbo se flexiona para que não haja a repetição do sujeito. É possível depreender que, embora a gramática normativa defenda a ideia de reconhecimento da variabilidade referente à concordância verbal, não admite que esta de fato ocorra, uma vez que o conceito de variabilidade expressa pelos gramáticos em questão está relacionado ao fato do verbo ter que se flexionar para concordar com o sujeito de forma categórica e não como o termo variabilidade é empregado nos estudos sobre a variação linguística. Em contrapartida, são admitidos alguns casos particulares ou facultativos, a exemplo de:

Quando o sujeito é constituído por expressão partitiva (como: *parte de, uma porção de, o grosso de, o resto de, metade de* e equivalentes) e um substantivo ou pronome plural, o verbo pode ir para o singular ou para o plural:

A maior parte deles já não vai à fábrica! (B. Santareno, *TPM*, 40.)

A maior parte destes quartos não tinham teto, nem portas, nem pavimento. (C. Castelo Branco, *OS*, I, 196.)

Uma porção de moleques me olhavam admirados. (J. Lins do Rego, *ME*, 29.)

Para meu desapontamento, **a maioria dos nomes** anotados não **dispunha** de telefone, ou **eram** casas comerciais, que não queriam conversa. (C. Drummond de Andrade, *BV*, 12.) (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 513)

Os estudos realizados no âmbito da sociolinguística variacionista têm apontado usos linguísticos que se contrapõem às regras prescritas pela gramática normativa. Ao contrário da gramática normativa, a sociolinguística admite a variação natural da língua por entender que o contexto social no qual o sujeito está inserido é de fundamental importância para a realização dos usos linguísticos, estabelecendo assim uma correlação entre variáveis linguísticas e variáveis sociais na explicação dos usos variáveis da língua.

Como mencionado, diversos estudos nessa área, que se fundamentam no aporte da teoria da variação e mudança linguísticas, evidenciam a aplicação de uma regra variável de concordância. No entanto, esses trabalhos, em sua maioria, focalizam a língua falada e não tratam de fases mais recuadas da língua. Nesse sentido, buscaremos, no presente artigo,

refletir sobre o português brasileiro oitocentista, mais especificamente os usos linguísticos quanto à aplicação das regras de concordância verbal, a partir de *corpus* representativo da língua escrita, uma vez que, para estudos dessa natureza, o material empírico a ser trabalhado pelo pesquisador não pode ser outro senão a escrita.

2. *Variação, mudança e estudos diacrônicos*

A língua não se constitui de forma estática, sabe-se que a língua é viva e dinâmica. Uma dada língua passa, ao longo do tempo, por processos de transição ou variação, favorecendo a ocorrência da mudança linguística. Mas isso não significa que toda variação gera mudança, é necessário atentar para duas possibilidades, com vistas a como a sociolinguística pode detectar a existência de uma mudança linguística:

A primeira seria a observação de falantes de diferentes faixas etárias, para estudar como eles utilizam determinadas variáveis. (...) diremos que verificamos a existência de uma mudança através do tempo aparente.

A outra forma de detectar esse tipo de mudança seria acompanhar a mudança em tempo real, seja com os mesmos falantes, seja com duas amostras diferentes, mas representativas da mesma comunidade com um intervalo maior entre elas. (CHAGAS, 2011, p. 158)

Para se detectar a mudança, de fato, é preciso estudar a língua sob um viés histórico e a partir de fases mais recuadas no tempo. Além de observar os usos entre falantes de faixas etárias diferentes e considerar as variáveis sexo e escolaridade, trabalho este que vem sendo desenvolvido exhaustivamente com dados da língua falada.

Com relação aos estudos diacrônicos, que investigam a língua a partir de um viés mais recuado na história até o momento presente e fazem um percurso entre o passado e o presente, a partir de dados reais, devidamente localizados e datados, pode-se pensar que esta seria a forma mais exata de perceber a mudança através dos tempos. Mas é preciso não perder de vista de que os estudos históricos de sincronias passadas tornam-se muito difíceis por não se obter dados de fala, mas apenas da escrita. O que nos leva a considerar essa tarefa como um trabalho de interpretação (*ars interpretandi*), a partir de *corpus* constituído por textos escritos e que refletem, até certo ponto, os usos reais da língua, dadas as complexidades entre o oral e o escrito.

Ratificando essa questão, Maia (2002) aponta para uma reconstituição do processo evolutivo da língua a partir da escrita, uma vez que li-

dar com fases pretéritas da língua é lançar mão de dados apenas escritos, por não se obter dados da fala. Segundo a pesquisadora, é possível, com os dados escritos, observar indícios de como era a língua falada. Mas até que ponto as marcas de língua falada na escrita evidenciam esses usos? De certa forma, investigar sincronias passadas a partir da escrita é colocar em evidência questões dessa natureza.

Nesse sentido, ao lidarmos com os dados do português oitocentista no presente estudo, buscamos refletir sobre essas relações entre o oral e o escrito, quanto ao caráter conservador deste em relação àquele e, como reflexo disso, a baixa frequência de usos da não aplicação de regra nas cartas analisadas. Em contrapartida, os contextos em que essa não aplicação da regra é evidenciada são similares aos contextos identificados nos estudos que lidam com dados de língua falada na atual sincronia. Estaríamos então observando a atuação do princípio do uniformitarismo ou uniformidade proposto pela teoria da variação e mudança linguísticas? Estariam atuando, no português brasileiro oitocentista, as mesmas forças que atuam na atual sincronia? Essas questões nos fazem refletir sobre o papel do historiador da língua diante dos dados de língua escrita numa busca de “fazer o melhor uso de maus dados”.

3. A concordância em cartas oitocentistas

A partir dos estudos pioneiros de Lemle e Naro (1977), a concordância verbal de número no português brasileiro tem sido objeto de pesquisas sob o aporte da sociolinguística variacionista, cujos resultados evidenciam a coexistência de sistemas de regras quanto aos usos linguísticos dessa variável, definidos por fatores diversos, tanto linguísticos quanto sociais. Além do mais, um desses sistemas pressupõe que falantes cultos aplicariam com mais frequência as regras de concordância, sobretudo pelo caráter estigmatizador da não aplicação. Haja vista o *corpus* de nossa pesquisa e o perfil sociolinguístico dos informantes, ou seja, os remetentes das cartas, podemos considerar que estamos diante de usos cultos da língua, o que acaba por justificar a frequência de formas mais próximas da norma padrão.

O *corpus* do presente trabalho é constituído por 74 cartas, escritas no período entre 1809-1904; portanto, representativo de usos linguísticos oitocentistas, editadas por Carneiro (2005) e correspondentes a cartas avulsas para vários destinatários. Para o presente trabalho, foram escolhidas 74 cartas, das 208 cartas que fazem parte do subprojeto desenvol-

vido no âmbito do projeto de pesquisa “Exercitando a *arte de interpretar ou para fazer o melhor uso de maus dados*: a sintaxe da concordância na história do português brasileiro”.

Segundo Carneiro (2005), os informantes (remetentes) nasceram entre fins do século XVIII até o terceiro quartel do século XIX, cuja nacionalidade brasileira, identificada ou inferida, permite opor duas variantes distintas:

- a) *variante 1*: textos escritos por brasileiros cultos nascidos e ou educados em regiões urbanas;
- b) *variante 2*: textos escritos por brasileiros semicultos e não cultos nascidos/radicados no interior, em específico, no Estado da Bahia.

As cartas, trocadas entre amigos e particulares, são escritas por indivíduos quase todos identificados. São cartas de circulação privada, embora algumas apresentem uma característica peculiar: a de serem correspondências destinadas a pessoas em exercício de cargo público, mas com interesse privado. No caso das cartas escolhidas para este estudo, os remetentes constituem um total de 33 informantes, dos 48 inicialmente escolhidos, uma vez que outros 15 foram eliminados por não trazerem dados referentes à aplicação ou não das regras de concordância verbal nas cartas por eles escritas.

Outro ponto que merece a atenção é o tipo de tratamento usado pelos remetentes. É comum, em cartas trocadas entre amigos com certo grau de intimidade, o uso de tratamento cerimonioso, mostrando que nem sempre esse tipo de tratamento indica formalidade. Os excertos abaixo são ilustrativos: “*Excelentissimo Amigo e Sr. Conselheiro*” (Carta 18⁹¹); “*Illustrissimo Excelentissimo Amigo Senhor Conselheiro*” (Carta 24); “*Excelentissimo Amigo Sr. Conselheiro*” (Carta 51); entre outros.

No que diz respeito aos contextos de uso da concordância verbal de terceira pessoa nos dados analisados, perfazem um total de 266 dados. Desse total, com relação às regras de concordância, foram identificadas 14 ocorrências de não aplicação de marca explícita de plural nos verbos das sentenças, conforme perspectiva normativa apresentada pela gramática normativa, o que corresponde a 5,2% do total de dados coletados no *corpus* até o presente momento.

⁹¹ Trata-se de numeração da própria edição feita por Carneiro (2005).

Os dados em que observamos a não aplicação das regras de concordância apresentam contextos linguísticos variados, que passamos a descrever:

- (1) Como fala os professores de Medicina | nas leis *que* tem sahido. (C3)⁹²
- (2) O seu socego, e bem, em *companhia* de todos os seus **hé para** | mim objecto de todo o desejo. (C10)
- (3) Suaves naforma **contínua**| esses actos <uma> defesa magistral de conducta do Governo Oriental | na questão dos tratados, (C26)
- (4) *qual quer* destes 2 candidatos não **ipode** ter mais de 70 votos, sem *que* esses | possa ter *mais que* outros. (C30)
- (5) *qual quer* destes 2 candidatos não **ipode** ter mais de 70 votos, sem *que* esses | **possa** ter *mais que* outros. (C30)
- (6) O Ceo derrame sobre toda a tua | pequena *Familia* todas as graças que **pode** apetercer-te a *minha* sincera estima, a nossa antiga e boa | amizade (C32 1v.)
- (7) As saquaremas daqui dizem *que* o governo esta fí[...] | xo em não ter a mais pequena atenção *para* as pessoas de outra opini |ão, e *mesmo que* o governo provincial seguirá no caminho da reacção; e os | factos **parece** justificar este pensar. (C39)
- (8) e aos mais membros do Ministerio *que* **preste**|alguma atenção à marcha dos partidos n'esta, e *que* não sacrifiquem | os interesses d'esta provincia a pequenos interesses. (C39)
- (9) Sabe-se confidencialmente que |essa columna pelejou com uma bravura |excepcional e que os portenhos | estiverão a ponto de **ser** esmagados, |porque destroçados ficarão elles. (C56)
- (10)A inepcia do Governo Austriaco| se **deve** tão graves successos. (C85)
- (11)Não lhes escrevi depois do malogro de Curupaiti; mas|foi por que as intrigas e acontecimentos levarão me a crer, | que o meo amigo viria em *caminho* para curar todos estes | males, que crescem, si os branidos e a imprensa **serve**| para formar se juízo. (C92)
- (12)eu diria que nos convi|nha mandar 2 vezes *por mez* levar feridos | *para* o Rio de *Janeiro*, onde depois de curados **podia**| ser examinados ou *para* voltarem ao campo, ou | seguirem invalidos *para* as Províncias.(C92)
- (13)Como tudo que respeita|a esta guerra actual, ecujos combates **conta**|entre si intervallos de 30, 40 e 60 dias (C92)

⁹² A especificação "C3" corresponde ao número da carta, conforme edição de Carneiro (2005). Nos demais dados, seguimos a mesma orientação.

(14) Não carece responder as minhas cartas, que | sendo para **demonstrar** estima e affecto, vem | a servir-lhe o pezo, (C93)

A primeira variável linguística que nos chamou a atenção foi a posição do sujeito em relação ao verbo. Nos dados, observamos a ocorrência de três variantes: (i) sujeito imediatamente anteposto ao verbo (sujeito à esquerda e contíguo ao verbo); (ii) sujeito anteposto ao verbo com um ou mais elementos intervenientes entre eles (sujeito à esquerda e não contíguo ao verbo) e (iii) sujeito imediatamente posposto ao verbo (sujeito à direita contíguo ao verbo). Em termos quantitativos, encontramos 4 ocorrências da variante (i), 7 da variante (ii) e 3 da variante (iii), o que nos leva a inferir sobre a contiguidade enquanto fator que pode favorecer a não aplicação da regra de concordância. Nesse sentido, sujeitos antepostos, mas não contíguos, não garantem a coesão estrutural e, conseqüentemente, desfavorecem as marcas explícitas, dado o distanciamento entre a forma verbal e o sujeito da sentença.

Quanto à variável saliência fônica, definimos, para o presente estudo, apenas duas variantes: *menos saliente* (diferença entre as formas singular/plural apenas marcada pela nasalidade), como ocorre nos dados (1), (3), (4), (5), (6), (7), (8), (10), (11), (12) e (13), ou seja, em 78,6% das ocorrências; *mais saliente* (diferença entre as formas singular/plural marcada por outros elementos além da nasalidade), a exemplo das três únicas ocorrências sem concordância no *corpus* analisado, referentes aos dados (2), (9) e (14) e que correspondem a 21,4%: *hé ~ são*; *ser ~ serem*; *demonstrar ~ demonstrarem*. Diante desses dados, podemos verificar a influência dessa variável quanto a não aplicação das regras de concordância verbal nas cartas analisadas, indo ao encontro dos trabalhos variaçãoistas que atestam a influência da saliência fônica em dados de língua falada, ou seja, contextos mais salientes (*hé ~ são*) favorecem a explicitação das marcas formais de plural nos verbos enquanto que os contextos menos salientes (*fala ~ falam*) desfavorecem essa explicitação.

A atuação de uma variável de natureza semântica também foi observada no *corpus*: a animacidade ou traço [humano] do sujeito. Em relação a essa variável linguística, os estudos variaçãoistas sobre dados da fala têm demonstrado que o traço [+ humano] se revela como favorecedor da aplicação das regras de concordância. Em nosso estudo, verificamos que, das 14 ocorrências sem concordância, 8 ocorrências são de sujeito com traço [- humano], corroborando assim com as conclusões das investigações sobre dados de língua falada.

É interessante observar os dados (15) e (16) apresentados abaixo, nos quais a forma verbal “*dão*” estabelece concordância não com o sujeito das sentenças, mas com o objeto direto:

(15) O *que* tenho visto e observado me **dão** orgulho | e crença de *que* a cirurgia moderna está | *muito* atrasada da *que* eu sabia a 10 anos. (C92)

(16) Infelizmente, passou, tanto a mim | como a *ele*, o *Senhor Conselheiro* Duarte só **dão** esperança e boas palavras. (C 105)

É possível depreender, a partir dos usos linguísticos que os informantes fazem em suas cartas, que, provavelmente, esses utilizavam os mesmos usos na fala, sendo, portanto, possível inferir ou interpretar, através dos dados, como se processavam os usos na língua falada nesse período. Nesse sentido, uma reflexão sobre as relações entre o “oral” e o “escrito” torna-se fundamental para os que se preocupam com o estudo de fases pretéritas da língua.

A partir da análise dos dados e das variáveis apresentadas, observamos que os fatores controladores da variação no português brasileiro oitocentista são os mesmos que controlam a variação na sincronia atual, uma vez que as restrições variáveis que governam o uso da concordância não mudaram com o passar do tempo, somente mudou o peso do *input*. Dito de outra forma, observamos que, embora sejam poucos os dados sem concordância, os contextos que a desfavorecem são similares aos apresentados a partir de dados da língua falada da atual sincronia do português brasileiro.

4. A título de conclusão

Pelo fato de se tratar de pesquisa em andamento, apenas analisamos 74 cartas, a partir de poucos grupos de fatores (posição do sujeito em relação verbo, saliência fônica e traço [humano] do sujeito), com vistas a observar a aplicação das regras de concordância no português brasileiro oitocentista. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados e discutidos são apenas parciais.

Considerando os dados aqui apresentados e analisados, embora o peso do *input* seja menor, o comportamento das variáveis é o mesmo observado no português contemporâneo, revelando a importância do princípio da uniformidade para a compreensão do fenômeno variável.

A observação e análise dos dados retirados do *corpus* possibilitaram generalizações sobre o fenômeno da concordância verbal, levando

em consideração as próprias limitações que estudos diacrônicos impõem ao pesquisador. Somente uma observação sistemática possibilitará entrever vias para a compreensão da constituição histórica do português, o que pretendemos com a continuidade do presente estudo. Certamente, os dados aqui apresentados, e reflexões que suscitaram, revelam apenas uma ponta do *iceberg*.

Uma questão que consideramos fundamental e que justifica nossa busca pela compreensão dos mecanismos de concordância no português brasileiro oitocentista relaciona-se com o fato de que trabalhos com *corpus* dessa natureza vêm preencher uma lacuna nos estudos sobre a variação da concordância verbal no português brasileiro, uma vez que as muitas investigações, tratando de usos em espaços geográficos diversos, a partir de dados de fala da atual sincronia, não recobrem o aspecto diacrônico do fenômeno linguístico em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Zenaide Fernandes de Oliveira. *Cartas brasileiras (1808-1904): um estudo linguístico filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística: I. objetos teóricos*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 141-163.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

LEMLE, Mirian; NARO, Anthony Julius. *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras, Fundação MOBRAL e Fundação Ford. Rio de Janeiro, 1977.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *Dos textos escritos à história da língua*. Conferência. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2002, p. 231-24.

NARO, Anthony Julius; SHERRE, Maria Marta Pereira. *Garimpo das origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.